

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE AUDITORIA
INDEPENDENTE n.º 023/2014**

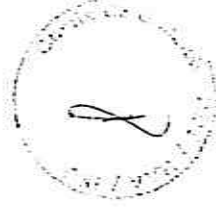
INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, Avenida E, esquina com Avenida J, Rua 52 e Rua 12, qd. B-29A, lt. Único, sala 216, Jardim Goiás, CEP 74.810-030 Goiânia - GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.969.808/0003-31, neste ato representado, nos termos do Regimento Interno e do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços do ISG, aprovados pelo Conselho de Administração, por seu Superintendente Administrativo em Goiânia, Renato Gomes do Espírito Santo inscrito no CPF/MF sob o nº 544.037.237-72 e CRA/RJ sob o nº 2.022.404-4., doravante denominado **CONTRATANTE**, e;

ABEC DO BRASIL - AGÊNCIA BRASILEIRA DE EXCELÊNCIA EM CONSULTORIA LTDA sediada na Rua T-63, n.º 695, Sala 109, Ed. Aquarius Center, Setor Bueno, CEP 74.223-050, Goiânia - Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº 06.348.797/0001-07, neste ato devidamente representada por seu sócio **FERNANDO CARVALHO COGO**, nos termos do contrato social da empresa, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito no CPF sob n.º 274.063.308/47 e RG de n.º 22.552.820-4 SSP/SP, residente à Rua Seis, nº 15, Edifício Graziela Veloso, Ap. 1401, Jardim Goiás, Goiânia - GO, doravante designada **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas decidem, de comum acordo, firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente Operacional e de Conformidade, formalizado através do processo administrativo de n.º 0029/2014, Termo de Referência nº 0026/2014, que será regido e interpretado em conformidade com os seguintes termos e cláusulas.

CLÁUSULA 1.ª - DO OBJETO

1.1. O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviços especializados de auditoria independente, com viés operacional e de conformidade, nas dependências do



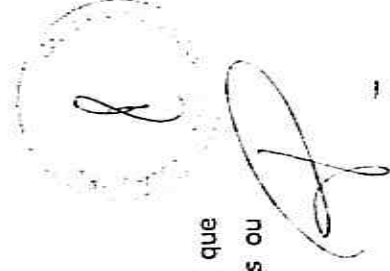
Condomínio Solidariedade, para emissão, ao final, de um certificado de auditoria, acompanhado do respectivo relatório, que deverá conter a análise e avaliação dos seguintes aspectos da execução do Contrato de Gestão n.º 003/2013:

- a) desempenho da instituição, confrontado com as metas pactuadas;
- b) falhas, irregularidades ou ilegalidades constatadas, indicando as providências adotadas;
- c) irregularidades ou ilegalidades que resultaram em prejuízo, indicando as medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento à instituição;
- d) atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em danos ou prejudicaram o desempenho da ação administrativa no cumprimento dos programas de trabalho, indicando as medidas implementadas;
- e) resultados da gestão, quanto à eficácia e à eficiência;
- f) justificativas apresentadas pelo responsável sobre as irregularidades que forem apontadas;
- g) transferências e recebimentos de outros recursos públicos porventura recebidos em decorrência da execução do CG nº 003/2013, excluído o repasse previsto no referido contrato de gestão, destacando, dentre outros aspectos, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes, a correta aplicação dos recursos e o alcance dos objetivos colimados;
- h) irregularidade dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços.

1.2. A auditoria a ser contratada não aborda aspectos contábeis.

1.3. Para os fins que se pretendem com o presente contrato considera-se:

- a) Auditoria de legalidade ou de regularidade, ou ainda, de conformidade, aquela que promove a análise da legalidade ou regularidade das atividades, funções, operações ou



gestão de recursos, verificando se estão em conformidade com as normas em vigor (contrato, regulamentos, decretos, portarias, leis, etc);

b) Auditoria operacional, aquela que coincide com todos os níveis de gestão, nas fases de programação, execução e supervisão, sob o ponto de vista da economia, eficiência e eficácia. É também conhecida como auditoria de gestão, de eficiência, de resultados ou de práticas de gestão, onde são auditados todos os sistemas e métodos utilizados pelo gestor para tomar decisões. Analisa a execução das decisões tomadas e aprecia até que ponto os resultados pretendidos forma alcançados.

1.4. O presente contrato é vinculado ao Contrato de Gestão de n.º 003/2013, firmado entre o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Saúde, e o Instituto Sócrates Guanacs – ISG, Organização Social selecionada para gerir o Hospital de Doenças Tropicais de Goiás – HDT.

CLÁUSULA 2ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Prestar as atividades de forma diligente, independente e zelosa, sempre dentro dos padrões de qualidade exigidos pela **CONTRATANTE**, bem como nos prazos e termos pactuados e manter sob sua exclusiva responsabilidade toda supervisão, direção para execução completa e eficiente dos serviços ora contratados.

2.2. Entregar os produtos finais ora contratados - certificado de auditoria e relatório de auditoria – em reunião pré-agendada com o Superintendente Regional do ISG em Goiás, signatário deste instrumento.

2.3. Envidar seus melhores esforços na consecução dos serviços, bem como, executar os serviços dentro da boa técnica utilizada para as atividades aplicáveis à mesma espécie.

2.4. Executar serviços em perfeita harmonia e em concordância com as Instruções previstas, obedecendo às normas estabelecidas pela **CONTRATANTE**.

2.5. Submeter ao CONTRATANTE qualquer alteração na sistemática estabelecida, com respectiva justificativa a quem caberá decidir a orientação a ser adotada, podendo a CONTRATADA aceitar ou não a decisão da CONTRATANTE.

2.6. Respeitar e fazer com que sejam respeitadas as normas atinentes ao funcionamento da CONTRATANTE e aquelas relativas ao objeto do presente Contrato.

2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto do presente Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

2.8. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, qualificação técnica e cumprimento da proposta.

2.9. Assumir os ônus fiscais, as obrigações tributárias e as responsabilidades de natureza cível, trabalhista ou previdenciária, cujos ônus e obrigações de sua responsabilidade sejam advindos de lei e de pagamentos oriundos exclusivamente deste contrato, responsabilizando-se, com exclusividade e sem transferência de ônus a CONTRATANTE, pelo cumprimento dos deveres pertinentes à utilização de mão de obra em benefício próprio e necessária à manutenção da relação contratual, nos quais não poderão ser transferidos para a CONTRATANTE, salvo os tributos que for legalmente de competência da CONTRATANTE.

2.10. Manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou de que tome conhecimento durante a prestação dos serviços.

2.11. Sanar eventuais irregularidades ou correções apontadas pela CONTRATANTE quanto à apresentação de relatórios e/ou de cada etapa dos serviços.

2.12. Enviar à **CONTRATANTE** a Nota Fiscal/Fatura de Serviços, na forma de nota fiscal eletrônica, se for o caso, conforme programação de pagamento disposta no presente contrato.



2.13. As notas fiscais deverão ser encaminhadas ao endereço do **CONTRATANTE**, em Goiânia, em nome do próprio **CONTRATANTE**, com as observações expressas da vinculação da despesa à execução do CG nº 003/2013 e a indicação da conta corrente e agência bancária para pagamento e acompanhados:

- a) Da certidão negativa expedida pela Seguridade Social (CND/INSS);
- b) Da certidão de regularidade frente ao FGTS (CRF/FGTS);
- c) Da Certidão Negativa de Débitos frente ao Fisco Municipal (Goiânia);
- d) Da Certidão Negativa de Débitos frente ao Fisco Estadual (Goiás);
- e) Da Certidão Negativa de Débitos frente ao Fisco Federal; e

2.14. Na segunda e última parcela, a nota fiscal deve vir acompanhada, além dos documentos indicados no item 2.13, do **RELATÓRIO DE AUDITORIA** e do **CERTIFICADO DE AUDITORIA**.

2.15. Dar esclarecimentos sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, a contar do recebimento de notificação para tal mister.

2.16. Submeter-se à fiscalização a ser realizada pela **CONTRATANTE**, ou qualquer órgão fiscalizador, relativa à prestação dos serviços pactuados, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização da **CONTRATANTE** e do nosocômio onde será prestado os serviços.

2.17. Caso a **CONTRATADA** seja isenta ou imune dos tributos a serem retidos na fonte pela **CONTRATANTE**, para resguardar a **CONTRATANTE** dos riscos fiscais da não retenção deverá:

- a) Informar esta condição na nota fiscal/fatura de serviços, acompanhada do enquadramento legal e;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

b) Apresentar declaração assinada por seu representante legal declarando a sua condição, se isenta ou imune e responsabilizando-se por ressarcir a CONTRATANTE de eventuais prejuízos causados pela observância desta declaração.

2.18. Observações finais:

a) É assegurado a CONTRATADA o direito de defesa em qualquer situação acometida pelo presente contrato, nos termos das normas gerais do Código Civil que regulamenta os contratos entre empresas privadas.

b) Este contrato de prestação de serviços refere-se tão somente às responsabilidades técnico-profissionais, não implicando em vínculo empregatício ou qualquer outra obrigação trabalhista.

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Pagar pelos serviços na forma, prazos e condições previstas na Cláusula Quarta deste CONTRATO.

3.2. Prestar à **CONTRATADA** todas as informações e condições operacionais necessárias para a condução das atividades objeto deste **CONTRATO**.

3.3. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA**, sobre qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços.

3.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.5. Exigir a observação das normas emanadas pelos órgãos de fiscalização e controle.

CLÁUSULA 4ª - DO PREÇO, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pelos serviços ora contratados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor global irrevogável de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), em 02 (duas) parcelas com a seguinte discriminação:

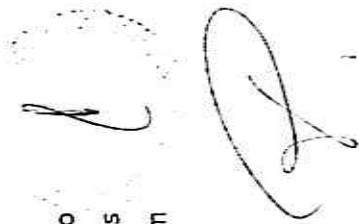
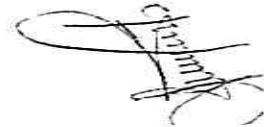
- a) R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) em até 05 dias úteis após a assinatura do presente contrato, mediante apresentação da nota fiscal respectiva e dos documentos arrolados no item 2.13 do presente contrato;
- b) R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) em até 05 dias úteis após a entrega do produto pactuado, mediante apresentação da nota fiscal respectiva e dos documentos arrolados nos itens 2.13 e 2.14 do presente contrato.

4.2. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento do valor previsto nesta cláusula, em favor da **CONTRATADA**, através de depósito em conta corrente da **CONTRATADA**, no Banco Itaú Unibanco S/A (Banco 341), Agência 9338, conta corrente 10.912-8, Goiânia, Goiás.

4.3. Na hipótese de ocorrer atraso na entrega das Notas Fiscais/ Faturas, o prazo de pagamento se prorrogará na mesma proporção do atraso, sem qualquer ônus e/ ou incidência de multa, bem como na hipótese de entrega da Nota Fiscal/ Fatura à **CONTRATANTE** com rasura, ou irregularidade, hipóteses em que o prazo também será prorrogado pelo prazo necessário para a substituição ou regularização do documento.

4.4. Os tributos e encargos, presente ou futuros, incidentes sobre o presente **CONTRATO**, serão de integral responsabilidade da PARTE definida em lei como contribuinte. Fica certo e estabelecido que os tributos incidentes e sob responsabilidade da **CONTRATADA** já estão incluídos no valor total deste **CONTRATO**.

4.5. O(s) pagamento(s) decorrentes da prestação objeto deste **CONTRATO** será efetuado diretamente à **CONTRATADA**, vedando-se, portanto, o desconto bancário de títulos, tais como antecipação de recebíveis, relativos a valores a serem pagos pela **CONTRATANTE** em decorrência deste **CONTRATO**.



4.6. Na hipótese de atraso no pagamento do valor previsto nesta Cláusula pela **CONTRATANTE** haverá incidência de multa calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária calculada até o efetivo pagamento pró rata.

4.7. A **CONTRATADA**, neste ato, autoriza a **CONTRATANTE** reter, na fonte, e recolher os tributos e outras obrigações legais.

CLÁUSULA 5ª – DO CONTROLE DE QUALIDADE E DO GESTOR DE CONTRATO

5.1. Os serviços objeto deste Contrato serão acompanhados por profissional habilitado e designado pela **CONTRATANTE**, para tal finalidade, porém sem poderes para interferir ou alterar os protocolos da auditoria.

5.2. Ao profissional habilitado designado pelo **CONTRATANTE** para acompanhar a execução do presente contrato, compete:

- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;
- c) dar imediata ciência a seus superiores e ao Órgão de Controle Interno dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) fiscalizar a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- e) outras correlatas.

5.3. Tratando-se de serviços de auditoria, o fiscal do contrato indicado pelo **CONTRATANTE** só exercerá atividades de controle nos aspectos formais do presente contrato, sem



autonomia para ingerir no mérito, cujo tratamento deverá seguir os padrões técnicos dos processos de auditoria.

5.4. A CONTRATANTE compromete-se a proporcionar as condições necessárias para que os profissionais de que trata o caput desta cláusula possam exercer plenamente suas funções.

CLÁUSULA 6.ª - DA VIGÊNCIA

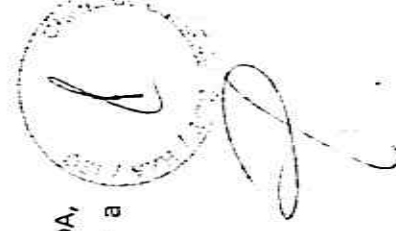
6.1. Este contrato terá vigência por período de 30 (trinta) dias improrrogáveis, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço respectiva.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a cumprir com todos os compromissos legais decorrentes de sua atividade durante o período de vigência contratual, salvo se notificar expressa e previamente a CONTRATANTE acerca de qualquer impossibilidade/irregularidade na manutenção contratual, inclusive por ausência de pagamento.

CLÁUSULA 7.ª - DA RESCISÃO

7.1. Constituem motivos de rescisão unilateral pela CONTRATANTE, observadas as possibilidades de indenização e ressarcimento:

- a) O não cumprimento das obrigações pela CONTRATADA ressalvado o direito de ampla defesa e contraditório.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos pela CONTRATADA.
- c) O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, bem como a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços e metas nos prazos estipulados. ,
- d) O atraso injustificado no início dos serviços.



e) A paralisação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 1 (um) dia.

f) A subcontratação total ou parcial do objeto do presente Contrato, bem como a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado, a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA.

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços quanto ao cumprimento do contrato e das metas estabelecidas.

h) O cometimento reiterado de falhas na sua execução, anotadas em registro próprio, pela Coordenação da CONTRATANTE.

i) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução deste Contrato.

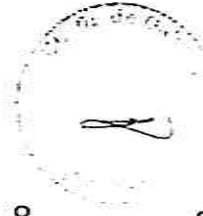
j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

7.2. Constituem motivos de rescisão do Contrato pela CONTRATADA, observadas as possibilidades de indenização e ressarcimento:

- a) O descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATANTE.
- b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, com termo inicial da apresentação das notas de cobrança a CONTRATANTE.

7.3. Constituem motivos de rescisão por ambas as partes sem qualquer pagamento indenizatório ou ressarcimentos:

- a) O término do prazo contratual previsto.
- b) O desinteresse de qualquer das partes na continuidade do Contrato, reduzida a termo, observado o prazo de 10 (dez) dias de denúncia.



7.4. Nos casos de rescisão contratual é de responsabilidade da CONTRATANTE a substituição imediata do atendimento prestado pela CONTRATADA.

7.5. No caso da rescisão contratual os acertos finais que eventualmente estiverem pendentes deverão ser imediatamente pagos à CONTRATADA.

7.6. As omissões, porventura encontradas e existentes neste instrumento, serão aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código Civil Brasileiro e demais regras legais consagradas à matéria e nas normas regulamentares da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 8ª - DA CONFIDENCIALIDADE

8.1. A CONTRATADA obriga-se, por si, seus empregados, contratados ou subcontratados a:

a) manter o mais completo sigilo das informações confidenciais, bem como, não relevar, nem divulgar a qualquer pessoa, seja física ou jurídica e nem tampouco utilizar, direta ou indiretamente, em proveito próprio ou de outrem, todas e quaisquer informações confidenciais que tenha recebido, ou venha a receber ou tenha tomado conhecimento em razão da execução do presente **CONTRATO**;

b) não utilizar as informações confidenciais para qualquer propósito diverso da execução do presente **CONTRATO**, nem usar a celebração do presente **CONTRATO** como forma de propaganda ou divulgação dos seus serviços;

c) evitar seus melhores esforços a fim de prevenir a divulgação de quaisquer documentos ou quaisquer informações confidenciais que venha a obter por conta da execução do presente **CONTRATO**.

8.2. Para efeitos do presente **CONTRATO**, serão consideradas informações confidenciais todas aquelas fornecidas à **CONTRATADA**, para execução dos serviços, seja de forma escrita ou verbal, sejam elas documentos, memorandos, anotações, pesquisas,

desenvolvimentos técnicos, assuntos comerciais passados, presentes e futuros da **CONTRATANTE**, as tenham sido ou não identificadas como confidenciais.

8.3. Não serão consideradas como informações confidenciais as seguintes informações:

- a) que esteja ou se torne de domínio público, sem qualquer responsabilidade da **CONTRATADA**;
- b) que não estejam sujeitas a nenhum acordo de confidencialidade;
- c) que sejam obrigadas a serem divulgadas em juízo ou por força de decisão emitida por juízo competente, órgão governamental, agência reguladora, por regra ou regulamentos de quaisquer Bolsas de Valores, ou qualquer órgão responsável pela elaboração e aplicação de códigos e normas profissionais, desde que a **CONTRATADA** previamente notifique a **CONTRATANTE** acerca de referida decisão em 24 (vinte e quatro) horas, para que ela possa tomar eventuais medidas a fim de evitar a divulgação, pela **CONTRATADA**, das informações.

CLÁUSULA 9ª – DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo do quanto exposto na Cláusula Sétima, nem da responsabilização pelo pagamento de indenização por perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** incorrerá no pagamento:

9.2. De multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de atraso injustificado na execução do Contrato e no cumprimento de suas obrigações aqui dispostas;

9.3. De multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, sem prejuízo das perdas e danos dele decorrentes.

9.4. A mera aplicação de multa não gerará a extinção deste Contrato, e tampouco será impeditivo para sua rescisão, nos moldes da Cláusula Sétima.



CLÁUSULA 10ª – DO CONTROLE DE QUALIDADE E DO GESTOR DO CONTRATO

10.3 A presença da fiscalização do CONTRATANTE não diminui ou exclui qualquer obrigação/responsabilidade da CONTRATADA.

10.4. Fica indicado como fiscal do presente Contrato o Sr. Silvério José Cardoso Neto, inscrito no CPF sob o nº 028.242.835-64, Coordenador Administrativo do Condomínio Solidariedade.

CLÁUSULA 11ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Todas as comunicações, notificações ou correspondências entre as **PARTES** serão necessariamente realizadas por escrito e encaminhadas aos endereços constantes do preâmbulo deste **CONTRATO**.

11.2. O presente instrumento representa a consolidação final das negociações havidas entre as **PARTES** e, portanto, com a assinatura deste instrumento ficam anuladas e substituídas todas e quaisquer tratativas anteriores, bem como eventuais contratos anteriormente firmados, com idêntico objeto.

11.3. Qualquer alteração deste **CONTRATO** apenas passará a ter efeito mediante a assinatura do competente termo de aditamento contratual.

11.4. Se qualquer uma das disposições do presente instrumento for ou vier a tornar-se nula, ou revelar-se omissa, tal nulidade ou omissão não afetará a validade das demais disposições deste instrumento. Neste caso, as **PARTES** comprometem-se a estabelecer normas que mais se aproximem, quanto ao seu resultado, das disposições a serem alteradas ou eliminadas.

11.5. Este instrumento contratual é firmado pelos representantes legais de ambas as **PARTES**, ficando ciente de que estes possuem plena capacidade para celebrar o presente **CONTRATO** e o fazem, neste ato, de forma consciente, livre e desimpedida de qualquer coação e/ou vício de consentimento na manifestação da vontade, e que têm capacidade técnica, operacional, logística, comercial e financeira já instalada e todas ora suficientes para suportar a finalidade e os efeitos do presente **CONTRATO**, comprometendo-se a cumpri-lo



em sua integralidade.

CLÁUSULA 12ª – DO FORO

12.1.1. As **PARTES** elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas ou questões oriundas ou decorrentes do presente contrato, com renúncia expressa de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

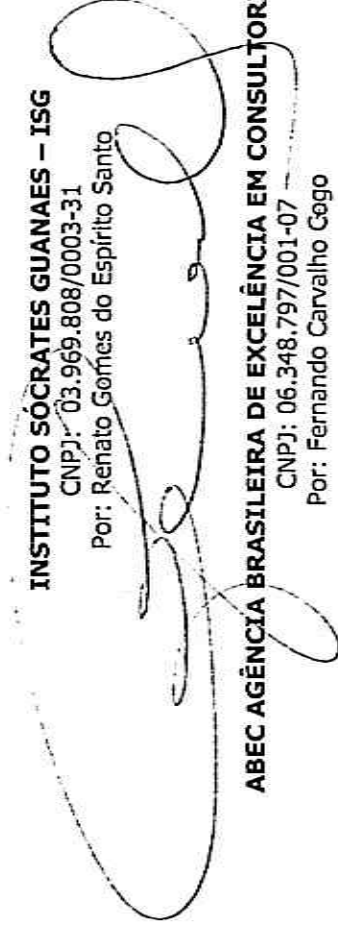
E por estarem justas e contratadas, as **PARTES** assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Goiânia, 26 de novembro de 2014.

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG

CNPJ: 03.969.808/0003-31

Por: Renato Gomes do Espírito Santo



ABEC AGÊNCIA BRASILEIRA DE EXCELÊNCIA EM CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 06.348.797/001-07

Por: Fernando Carvalho Gogo

Testemunhas:

Nome: Darlene Gonçalves da Silva
RG: _____
CPF: 030.661.211-90

Nome: Nichelly Pieda Borges
RG: 43.914.31
CPF: 719.327.041-91

Testemunhas:

Silvino José Gonçalves Neto
Nome: Silvino José Gonçalves Neto
RG: 09791813200
CPF: 028242835-64



Nome: Leandro Soares
RG: 4442022 DE PC - GO
CPF: 713.778.861-64

